

A necessidade de elevar a incidência da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS sobre cigarros

Estudo de Roberto Iglesias, economista, consultor da ACT

Mai de 2009

O Poder Executivo, através da Medida Provisória 460, de 30 de março de 2009, propõe a elevação da contribuição do PIS/PASEP e da COFINS sobre cigarros, aumentando a alíquota efetiva *ad valorem* destas duas contribuições de 6,36% para 10,97% incidentes sobre o preço de venda a varejo do produto. Há um Projeto de Lei tramitando no Senado, No. 314/2008, de autoria do Senado Tião Vianna, que propõe elevar a alíquota efetiva *ad valorem* destas duas contribuições para 16,46%, ou seja, 5,5 pontos percentuais acima da proposta do Executivo. Ambas as propostas são muito positivas e apontam na direção correta de elevar impostos sobre o cigarro, aumentar a arrecadação e diminuir o consumo deste produto.

Com os anúncios dos aumentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para maio e do PIS/COFINS para julho, as empresas de cigarros se anteciparam e elevaram os preços de seus produtos no mês de abril. O preço do cigarro mais vendido no país, o Derby, subiu para R\$ 3,00.

Neste ponto, cabem duas perguntas. Em primeiro lugar, esses aumentos de impostos significaram uma elevação representativa do peso do IPI e do PIS/COFINS sobre o cigarro mais vendido no país? Em segundo lugar, o poder aquisitivo da população em termos de cigarro ficará muito deteriorado após estes aumentos?

Carga tributária

Em relação ao peso dos impostos recém aumentados, a Tabela 1 apresenta os montantes do IPI e do PIS/COFINS no maço de Derby em março e a situação entre esses impostos e o preço depois que entrarem em vigor todos os aumentos, considerando o novo valor do produto. De acordo com a Tabela 1, a proporção destes impostos sobre o preço final do maço de Derby passaria de 31,12% para 36,45%, aumento de 5,3 pontos percentuais.

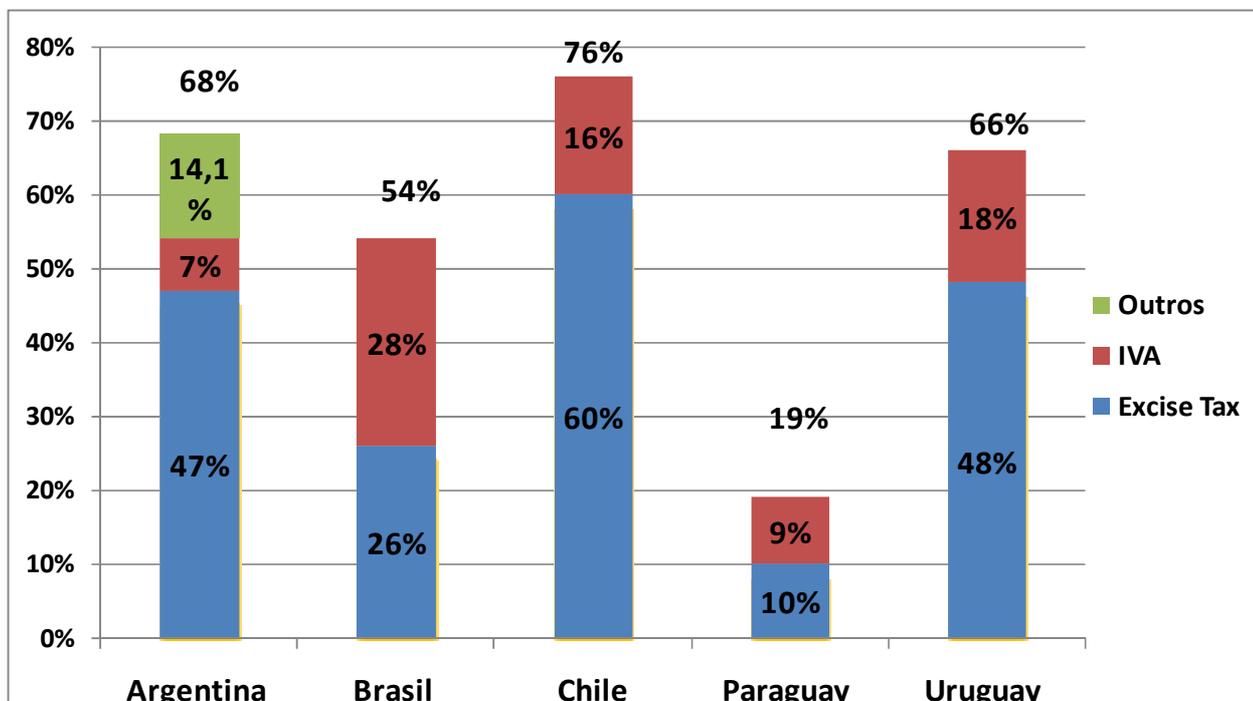
Tabela 1

	Situação em Março de 2009						Situação com os aumentos de impostos e o novo preço					
	IPI	PIS_COFINS	Preço (Reais)	IPI /preço (%)	IPI+ PIS_COFINS (em Reais)	IPI+ PIS_COFINS/P preço (%)	IPI	PIS_COFINS	Preço (Reais)	IPI /preço (%)	IPI+PIS_COFINS (em Reais)	IPI + PIS_COFINS/P preço (%)
Derby	0,619	0,159	2,5	24,76	0,778	31,12	0,764	0,329	3	25,48	1,094	36,45

Isto é uma alta significativa da carga tributária? De acordo com a Organização Mundial da Saúde, a carga tributária sobre o cigarro no Brasil é mais baixa do que no Uruguai, na Argentina ou no Chile (Gráfico 1). Existem controvérsias sobre a proporção exata de impostos indiretos sobre o maço de cigarros, em geral, e o de Derby, em particular. Mas, de acordo com a informação do Gráfico 1, um aumento de 5,3 pontos percentuais levaria a carga de impostos indiretos no preço final do maço de Derby a valores entre **60% e 65%**, ainda abaixo de países de renda per capita semelhante à do Brasil.

Gráfico 1

Proporção de impostos indiretos no preço final do cigarro (2008)



Fonte: OMS

O que aconteceria se os níveis propostos no PLS 314/2008 fossem aprovados? A Tabela 2 mostra que a carga tributária sobre o cigarro se elevaria em mais de 5,5 pontos percentuais sobre a situação atual, atingindo quase 42%.

Tabela 2

Situação com os aumentos de impostos e o novo preço						
	IPI	PIS_COFINS	Preço (Reais)	IPI /preço (%)	IPI+PIS_COFINS (em Reais)	IPI + PIS_COFINS/Preço (%)
Derby	0,764	0,494	3	25,48	1,258	41,94

Com a aprovação do nível de PIS/COFINS proposto pelo PLS 314/2008, o Brasil passaria a ter uma imposição indireta sobre o preço final do Derby entre 65% e 70%, em linha com a Argentina e o Uruguai, mas ainda abaixo de países como Chile e outras nações desenvolvidas. Parece, portanto, razoável, considerar uma elevação maior do que a proposta pelo Poder Executivo, na direção do PLS 314/2008.

Esse aumento adicional da carga tributária do cigarro faria o preço subir? Provavelmente sim, pois a empresa produtora de Derby costuma repassar entre 80% e 100% de todo aumento das taxas de impostos indiretos. Mas também entendemos que a empresa não aumentará mais seus preços ou só o fará marginalmente como resposta à MP 460. A companhia já subiu o preço do Derby e de todos os seus outros produtos antes do aumento de março, pois sabia que o Ministério da Fazenda iria elevar os impostos, já que desde agosto de 2008 havia uma discussão sobre um projeto de mudança tributária para o setor cigarros.

Preço do cigarro e nível de renda do país

Como era de se esperar, a quantidade de maços de Derby que podem ser comprados com um salário mínimo se deteriorou depois deste aumento. A Tabela 3 apresenta o número de maços de Derby que podem ser comprados, numa linha temporal dividida em três momentos.

Tabela 3

	Quantidades de maços de Derby que se podem comprar com um salário mínimo
Agosto de 1999	136
Agosto de 2008	184
Maior de 2009	155

A tabela 3 mostra duas coisas. Em primeiro lugar, que o crescimento do salário mínimo em termos de maços de Derby entre agosto de 1999 e agosto de 2008 foi de mais de 35%. Isto é resultado do importante crescimento da renda no país no período, do qual o salário mínimo é um indicador. Em segundo lugar, a queda recente, por conta do aumento do preço do cigarro, apesar de significativa, ainda deixa a relação salário mínimo /maços de Derby acima dos valores de agosto de 1999, indicando que há espaço para aumentar a carga tributária e os preços sem onerar o trabalhador e a população que têm suas remunerações vinculadas ao salário mínimo.

Discute-se na atualidade o preço do cigarro no Brasil com o que é praticado no resto do mundo. Para a Organização Mundial da Saúde, a comparação é feita transformando o preço local em dólares¹. Nessa comparação, o Brasil não se sai bem, nem mesmo comparado com países de América Latina com renda per capita semelhante. O preço do cigarro brasileiro só supera o do cigarro paraguaio e boliviano, países com renda per capita muito inferior.

Em 2008, a Fundação Getúlio Vargas publicou o estudo *“Efeitos do Sistema Tributário sobre o Setor de Cigarros”*, comparando o percentual do PIB per capita anual que devia ser empenhado para comprar 100 maços de cigarros da marca mais popular, em 22 países de diferentes graus de desenvolvimento. De acordo com essa medição e comparação, o Brasil tinha o décimo primeiro cigarro mais caro dos 22 países. Mais recentemente, foi noticiado

¹ Utilizando a taxa de câmbio corrente ou aquela que representa a paridade do poder de compra (PPP), que evita contabilizar distorções produzidas por movimentos conjunturais de apreciação ou depreciação.

que a FGV atualizou esse estudo, depois do aumento e, nesta revisão, o Brasil passaria a ocupar a terceira posição com o cigarro mais caro nessa comparação.

A pesquisa da FGV tem um sério problema metodológico para discutir a relação renda/preço do cigarro. Compara o preço do cigarro mais vendido com a estimativa de Produto Interno Bruto per capita, que está sujeita a indicadores imperfeitos da produção e renda setoriais, a revisões posteriores e outras aproximações². Entendemos que não é um bom indicador para discutir a política de impostos e preços no Brasil e para avaliar a situação do poder aquisitivo em termos de cigarros da renda que a população efetivamente recebe.

Por estas razões, a Aliança de Controle do Tabagismo prefere outro indicador para discutir a política de impostos e preços no país: a relação **salário mínimo/preço médio do maço de cigarro**, utilizado no cálculo do IPCA pelo IBGE, que nos dá o número de maços de cigarros que podem ser comprados com um salário mínimo. Compara a renda que a população recebe³ com preço efetivo do cigarro calculado pelo IBGE.

O Gráfico 2 apresenta o poder aquisitivo do salário mínimo em termos de maços de cigarros desde janeiro de 1990 até abril de 2009 e uma estimativa da ACT para o preço de maio de 2009. Observa-se que do início de 1992 até meados de 1995, as empresas praticaram preços altos em termos de salários mínimos, fazendo cair o poder aquisitivo da população em termos de cigarros. Devemos lembrar que, na época, não houve aumento de impostos, mas isto foi uma política deliberada da empresa com maior *market-share* combinada com suas exportações maciças de cigarros para o Paraguai. O resultado dessa política comercial – redução do poder aquisitivo da população em termos de cigarros e exportação ao país vizinho - foi o crescimento do mercado de cigarros sem impostos (e, portanto, mais baratos) provenientes do Paraguai

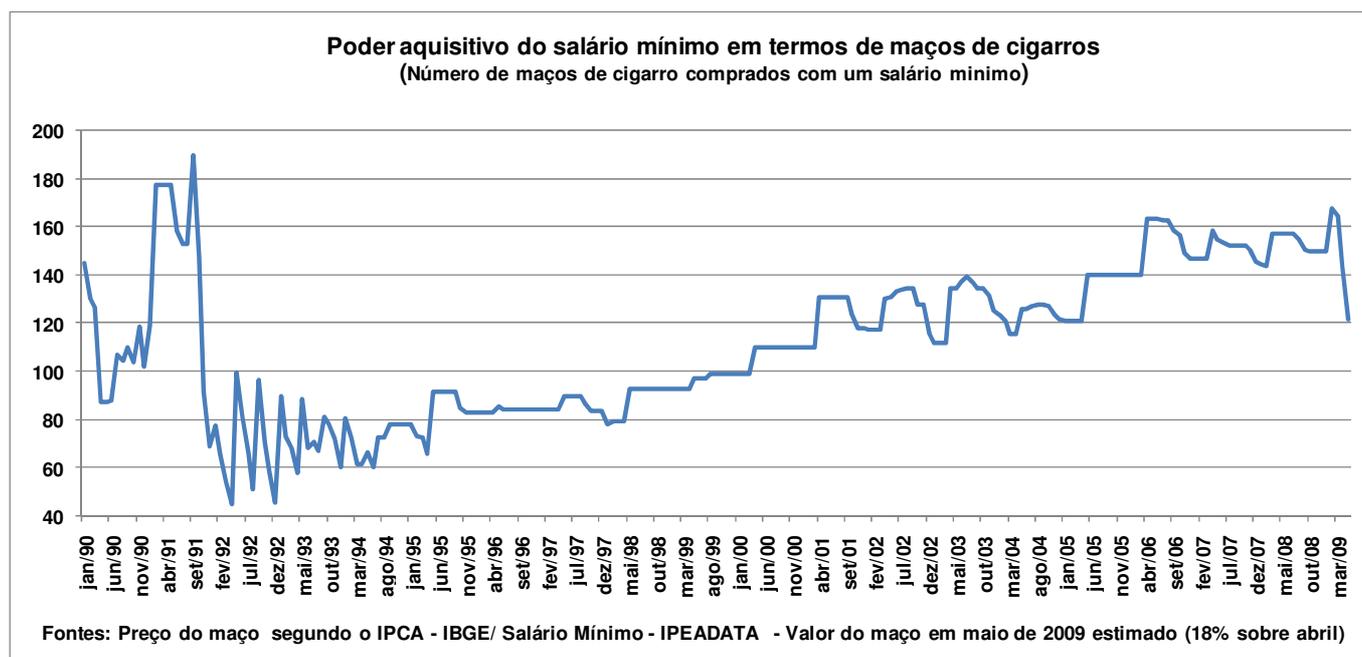
Desde meados de 1995, o poder aquisitivo do salário mínimo em termos de maços de cigarros vem crescendo sistematicamente, ainda que com flutuações devido à falta de sincronização dos ajustes das duas variáveis. Saiu-se do patamar dos 80 maços para atingir mais de 160 no primeiro semestre de 2006, quando o Ministério da Fazenda decidiu abandonar gradualmente a política de impostos e preços reais baixos sobre o cigarro que havia praticado desde 1999. Observe-se, no entanto que, apesar do aumento do IPI em 2007, o poder aquisitivo do salário mínimo permaneceu em torno dos 140 maços de cigarros. Em abril de 2009, mesmo com o IBGE havendo

² Para dar um exemplo, o PIB utilizado pela FGV é inferior à estimativa final do PIB brasileiro de 2007 e a população utilizada é menor que a que resultou da contagem da população desse ano feita pelo IBGE. O preço do maço de Derby utilizado pela FGV vigorou só a partir de julho e não o ano todo. Com dados definitivos dos países, o cálculo da FGV deveria ser refeito.

³ Renda no bolso da população e não uma estimativa do PIB per capita.

incorporado quase 15% do aumento de preços, resultado da decisão de aumento do IPI e do PIS/COFINS, era possível comprar 144 maços de cigarros com o salário mínimo.

Gráfico 2



A ACT defende aumentos reais do preço do cigarro que permitam aumentar a arrecadação tributária e reduzir o consumo deste produto nocivo para a saúde. Para alcançar estes objetivos é importante manter a relação renda-preço do maço dentro de margens que não desequilibrem o mercado de cigarros que paga impostos no país. O Gráfico 2 indica que a renda em termos de cigarros cresceu muito nos últimos anos, como resultado do crescimento do país e do aumento da renda real, permitindo aumentos de impostos e preços, como os que foram corretamente realizados e como os que se propõe no PLS 314/2008. Entendemos que estes aumentos vão manter a relação renda/preço do maço dentro de margens razoáveis, acima dos 100 maços, sem empurrar a população à procura de cigarros sem impostos.

Conclusões

- O aumento do IPI e do PIS/CONFINS pode resultar em uma elevação de aproximadamente 5 pontos percentuais da carga tributária indireta sobre o cigarro mais vendido (Derby) e a carga tributária no Brasil continuará baixa, menor do que na Argentina, no Chile e no Uruguai.
- Há espaço para aumentar adicionalmente a proporção do PIS/COFINS na linha proposta pelo PLS 314/2008, pois a carga de impostos indiretos ainda seria menor que no Chile e nos países mais desenvolvidos.
- A relação salário mínimo/preço do Derby caiu em consequência dos últimos aumentos, mas ainda permanece em níveis superiores aos da década de 90 e aos de agosto de 1999, indicando que a elevação de renda dos últimos anos possibilita ajustes adicionais desta relação e aumentos da carga tributária sobre o cigarro como os que estão sendo propostos.
- Diferentemente do que foi divulgado recentemente, o cigarro brasileiro não está caro em termos de renda da população. O poder aquisitivo do salário mínimo em termos de cigarros estava em 165 maços em março antes dos aumentos de impostos e não deverá ficar muito abaixo dos 120 maços nos próximos meses, depois de todos os ajustes de preços. É mais do que o dobro do poder aquisitivo da população em termos de cigarros da década de 90, quando se desenvolveu o mercado de cigarros sem impostos no país, pela reintrodução dos cigarros brasileiros exportados ao Paraguai pelas empresas produtoras destes cigarros.